

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SESSÃO DE JULGAMENTO: 30/11/2010

O EXMO. SR. CONS. PRESIDENTE VALTER ALBANO –
Em propostas em geral, propostas da presidência.

Exmos. Senhores Conselheiros, peço-lhes a vossa atenção. Apresento a Vossas Excelências seis propostas de resolução normativa, cujo conteúdo encaminhei a Vossas Excelências durante o dia de ontem.

Destaco, desde logo, que são propostas que tratam de assuntos que estão sendo atualizados e todas de relevada importância, especialmente aquela que diz respeito a atualização da classificação das irregularidades e, em decorrência dessa classificação, a atualização dos valores de multas previstas na legislação mato-grossense pertinente ao assunto.

O encaminhamento dos termos de referência foi feito ontem e a apresentação é formalizada hoje porque nós cumprimos, na forma regimental, as três sessões necessárias para apreciação. Então teremos o tempo necessário para que Suas Excelências os Senhores Conselheiros e o Procurador do Ministério Público de Contas possam visitar o assunto, uma vez que já é de conhecimento de todos nós e agregar valor, no que entender, para que elas sejam julgadas na terceira sessão a partir desta, ainda neste ano.

A primeira diz respeito ao calendário de compromissos dos jurisdicionados perante o Tribunal de Contas durante o exercício de 2011.

A segunda refere-se a Consolidação de Entendimentos Técnicos – decisões em consulta. Esses entendimentos todos resultantes de decisões deste Plenário ao longo deste ano.

A terceira resolução diz respeito a perguntas frequentes e respostas também frequentes aos jurisdicionados. Todo um trabalho consolidado pela área técnica deste Tribunal, liderada pela Secretária Geral de Controle Externo, Dra. Risodalva, e neste particular pelo Secretário Chefe da Consultoria Técnica, Dr. Ronaldo Ribeiro.

A quarta resolução diz respeito ao Manual de Procedimentos para auditoria em obras rodoviárias. Essa experiência, que o Tribunal de Contas vem experimentando já há dois anos, vem consolidando esse trabalho e numa forma muito responsável agora oficializa o manual, depois de ter testado toda essa experiência de conhecimento técnico acerca do assunto.

A quinta resolução diz respeito a classificação de irregularidades, critérios para apreciação das contas anuais da

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

administração pública pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Volto a dizer, é uma atualização, o Tribunal de Contas desde 2006 tem a classificação de irregularidades definida e publicizada, de modo a que todas as autoridades políticas e gestoras tenham conhecimento exato daquilo que o Tribunal de Contas vai enquadrar como irregularidade, sejam gravíssimas ou graves.

E por último a proposta seis, que altera a Resolução Normativa 16, e estabelece regras para remessa de informações via internet pelas unidades gestoras, por meio do Sistema APLIC. Algo que também é da produção de toda a nossa área técnica, especialmente do nosso Secretário de Desenvolvimento Institucional, Dr. Carlos Eduardo.

Eu fiz uma recomendação expressa a esses dirigentes técnicos, Conselheiro Antonio Joaquim e demais Conselheiros, no sentido de qualquer alteração nós cumprimos, como é obrigação na área tributária e não na área administrativa, o princípio da anterioridade. Então, estamos fixando agora regras que terão vigência a partir de 2011.

Todas essas propostas ficam cumprindo pauta para que este Tribunal possa decidir no momento oportuno, conforme previsto no Regimento.

Concedo a palavra a Sua Excelência o Conselheiro Antonio Joaquim.

O EXMO. SR. CONS. ANTONIO JOAQUIM – Senhor Presidente, eu preciso registrar porque o que Vossa Excelência está apresentando ao Plenário, consolidando o seu foco como presidente, como já disse na posse de Vossa Excelência e no dia a dia na prática de sua gestão, está consolidando todas essas conquistas que o Tribunal tem realizado ao longo destes últimos anos. Conquistas essas que já fizeram com que nós tenhamos o reconhecimento do Brasil inteiro em relação à qualidade e excelência do que estamos fazendo.

Quero registrar, especificamente, o Manual de Auditoria de Obras Rodoviárias, que eu acho de uma forma revolucionária, se considerar as instituições de controle do Brasil, inclusive o próprio TCU. O Tribunal de Contas da União tem feito isso nos últimos tempos, mas muito recentemente, três, quatro anos. Não conheço nenhum outro Tribunal de Contas estadual que tenha hoje as condições técnicas, depois de ter feito a consultoria e ter feito os cursos de capacitação para poder realmente fazer uma fiscalização consequente na qualidade das rodovias do Estado, que é um dos grandes investimentos públicos do Governo do Estado e também das prefeituras na área urbana. Portanto, é um salto de qualidade excepcional em relação à questão da fiscalização dos recursos públicos.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Quanto a classificação das irregularidades, como Vossa Excelência disse desde de 2006 está publicizada e divulgada, ainda ontem eu recebi um telefonema do Conselheiro do Piauí, e isso já é uma rotina: “precisamos que vocês encaminhem a cópia da classificação de irregularidades”. Ele deve ser empossado Presidente nos próximos meses. Porque o meu desejo é que o Tribunal expurgue, de uma forma definitiva, as incoerências, as inseguranças ou a interferência das autoridades na questão de julgamento.

E a classificação de irregularidades é uma forma, primeiro, de dar justiça para as pessoas que são gestoras saberem o que realmente significa uma irregularidade, qual é a monta e qual é a gravidade dela. Para ele não se sentir ofendido ou penalizado pessoalmente, para saber exatamente o que o Tribunal vai fazer de uma forma extremamente transparente. Isso elimina influências políticas, elimina a possibilidade da injustiça, elimina a possibilidade da incoerência, de você decidir de um jeito para um e de outro jeito para outro. É realmente um salto excepcional!

Concluindo, Presidente, eu diria que estou satisfeito. Se Vossa Excelência quisesse votar agora todas essas propostas, eu estaria pronto. Mas respeito o prazo porque os demais Conselheiros. podem ter alguma sugestão.

Registro que definitivamente os gestores tem que saber, de uma forma muito clara, e eu fico as vezes impressionado quando um gestor fala: “O Tribunal de Contas está exigente. Está muito duro!” É preciso acabar com esse conceito errado. A prestação das contas públicas não é para o Tribunal, o Tribunal é apenas um instrumento. É para a sociedade, é para o cidadão. O dinheiro é público. O dever de prestar contas é constitucional porque o dinheiro é público! O sujeito que tem dificuldade de prestar contas do dinheiro público tem que sair da vida pública e esquecer que o Tribunal está sendo duro. O Tribunal somente é um instrumento da sociedade, do cidadão. A prestação de contas é para a sociedade! Nós temos o dever, e temos feito, de fazer isso bem feito para que a sociedade realmente tenha segurança.

Por último, registro o meu público elogio à equipe técnica que Vossa Excelência tem, que já contribuiu com a gestão do Conselheiro Novelli e com a minha gestão, que é a Dra. Risodalva, o Dr. Ronaldo, o Dr. Carlos Eduardo e o Dr. Osiel, que são verdadeiros executivos públicos e estão comprometidos até a alma com o interesse da República neste Estado.

Muito obrigado.

O EXMO. SR. CONS. PRESIDENTE VALTER ALBANO –
Conselheiro Antonio Joaquim, meus agradecimentos mais sinceros, não

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

só pelas referências, mas também pela confiança ao dizer que se fosse o caso poderíamos votar hoje essas resoluções. Até porque tem sido objeto de discussão realmente com todos os Conselheiros. Mas eu faço questão de dedicar esta sessão ao cumprimento das metas e na próxima sessão nós podemos iniciar a apreciação.

Eu quero, nesta fase da abertura, solicitar a Dra. Risodalva e aos Secretários que aqui estão presentes que estendam a toda a equipe técnica de todas as Secretarias de Controle Externo e das demais Unidades Técnicas que contribuíram direta ou indiretamente com essa produção científica de alta qualidade. E dizer, como disse o Conselheiro Antonio Joaquim e até com uma carga maior, que à semelhança do que temos no Tesouro Nacional Brasileiro, no Banco Central, nós temos aqui em vocês todos aqui presentes e os outros que aqui não estão, figuras republicanas que pertencem ao Tribunal de Contas e não a uma gestão em particular.

Parabéns e obrigado por toda essa produção.

SESSÃO DE JULGAMENTO: 7/12/2010

O EXMO. SR. CONS. PRESIDENTE VALTER ALBANO – Senhores Conselheiros, Senhor Procurador-Geral, estas propostas de resolução que foram apresentadas na semana passada e serão apreciadas neste momento, também foram objeto de deliberação ontem pelo Colegiado de Conselheiros, sempre nessa linha de exaurir todas as dúvidas e enriquecer.

A primeira aprova o calendário de compromisso do jurisdicionado junto ao Tribunal de Contas para o exercício de 2011;

A segunda aprova a consolidação de entendimentos técnicos e decisões em consulta;

A terceira aprova a cartilha denominada “perguntas frequentes e respostas ao jurisdicionados”. Tudo isso sendo objeto de atualização, conforme as decisões do Tribunal Pleno;

A quarta aprova o manual de procedimentos para auditoria em obras rodoviárias, também apresentada na semana passada;

A quinta atualiza a classificação de irregularidades, critérios para apreciação das contas anuais da administração pública e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, estabelece a gradação de valores para imputação de multas aos responsáveis e dá outras providências;

A sexta altera a Resolução Normativa que estabelece regras para remessa de informações via internet pelas unidades

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

gestoras, por meio do Sistema Aplic, altera a Resolução nº 1/2009 – que estabelece o Manual de Orientação para remessa de documentos ao Tribunal, chamado manual de triagem, e dá outras providências.

Conforme já acordado na sessão do dia 30 de novembro próxima passada, estas propostas serão apreciadas neste momento.

Com a palavra Sua Excelência o Procurador-Geral.

O DR. PROC. GUSTAVO COELHO DESCHAMPS – Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, não havendo observações a serem feitas pelo Ministério Público, opinamos pela aprovação.

O EXMO. SR. CONS. PRESIDENTE VALTER ALBANO – Em discussão. Encerrada a discussão, em votação: Os Senhores Conselheiros que votam de acordo com as propostas formalizadas, permaneçam em silêncio.

Aprovadas por unanimidade.

À Secretaria Geral do Tribunal Pleno para providências.

*Participaram do julgamento os Exmos. Senhores Conselheiros ANTONIO JOAQUIM, JOSÉ CARLOS NOVELLI, ALENCAR SOARES, HUMBERTO BOSAPO, WALDIR JÚLIO TEIS e DOMINGOS NETO.

*Notas Taquigráficas sem revisão dos Exmos. Senhores Conselheiros.
SFL/EMM/CSG